EXPEDIENTE DO DIA

EM 18/08/09

Câmara Municipal de Marechal Floriano
Protocolado Sob nº 6932
Em 18/08/2009
ENCARREGADO

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PARECER EM CONJUNTO FAVORÁVEL Nº. 064 /2009

COMISSÕES: LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
FINANÇAS E ORÇAMENTO

Relativo ao **PROJETO DE LEI nº. 071/2009** de autoria do vereador Aloísio Modolo de Almeida **"CRIA O PROGRAMA DE INCENTIVO À DOAÇÃO DE SANGUE NO MUNICIPIO DE MARECHAL FLORIANO-ES".**

É o relatório: O Projeto de Lei nº. 071/2009 foi lido e encaminhado a estas comissões no expediente do dia 04.08.2009 para analise e emissão de Parecer.

Voto dos relatores: em 14.08.2009

Gabriela Stockl Ronchi
Relatora

Juarez José Xavier
Relator

É o parecer
As Comissões após reunião nesta Casa Legislativa, expressam seu voto favorável à matéria, em função da mesma ter relevante interesse social, alem de contribuir com os hospitais e bancos de sangue que tanto necessitam de ações educativas e de conscientização das pessoas quanto a importância de serem doadores.
Pelos fundamentos expostos, entendemos que a matéria merece receber aprovação e assim sugerimos neste Parecer.

Sala das Comissões, 14 de Agosto de 2009.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

"PELAS CONCLUSÕES DA RELATORIA"

Abel Luiz Bungenstab
Presidente

Paulo Lovatti Junior
Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Sergio Stein
Presidente

Aloísio Modolo de Almeida
Secretário

EXPEDIENTE DO DIA
EM 07/07/2009

Câmara Municipal de Marechal Floriano
Protocolado Sob nº 0221
Em 07/07/2009
FUNCIONÁRIO

Câmara Municipal de Marechal Floriano

Estado do Espírito Santo

PARECER EM SEPARADO Nº. 064 /2009

VEREADOR ALOÍSIO MODOLO DE ALMEIDA

Relativo às contas do Município de Marechal Floriano referente ao exercício 2007 – Prefeito Elias Kiefer, Processo TC- 2153/2008.

Voto em separado: 03 de julho de 2009

Em função da discordância com o Parecer do Eminente Relator, emite este, com a devida vênia, o seguinte:

Parecer

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-2153/2008;

Em que pese a aprovação do exercício financeiro de 2007, pelo Egrégio Tribunal de Contas deste Estado do Espírito Santo, manifesto meu desacordo com o voto do douto relator, pedindo a devida licença para expor o seguinte.

Fui autor de denúncias relativas a aquisição de imóveis e desapropriação, ocorridas no referido ano/exercício de 2007, perante o Ministério Público deste Estado, como se denota na notícia em anexo, presente também no domínio público de rede de computadores ("site") do Ministério Público.

Destarte, considerando que as presentes despesas são irregulares e lesivas ao patrimônio Público, opino pela rejeição do Parecer prévio do Tribunal de Contas, fundamentando na forma do Art. 220 do Regimento interno desta augusta casa de leis elaborando-se, conseqüência, o Decreto que rejeita o Parecer da Egrégia corte.

Sala das Comissões, 03 de julho de 2009.

ALOÍSIO MODOLO DE ALMEIDA
Secretário

"PELAS CONCLUSÕES DO VOTO EM SEPARADO"

ORDEM DO DIA
EM 07/07/09

Sergio Stein
Presidente

APROVADO
EM 07/07/09
Presidente

AESMP

Últimas notícias

Nepotismo e fraude de R$ 2 milhões em Marechal Floriano

29/1/2007
Site Século Diário

O Ministério Público Estadual (MPES) está apurando irregularidades na aquisição de terrenos e licitações de obras em Marechal Floriano, região serrana. Segundo denúncia do vereador do município Aloísio Módolo (PRP/foto), mais de R$ 2 milhões foram desviados em compra de imóveis, sendo que deste total cerca de R$ 1 milhão foi destinado ao pagamento de comissões a vereadores que atuaram como corretores de imóveis.

A denúncia, entregue ao Grupo Especial de Trabalho Investigativo (Geti), no último dia 10 de janeiro, ainda cita o ex-vice-prefeito e atual vereador de Marechal Floriano Tarcísio Borgo (PSDB), que teria sido beneficiando por este esquema, ganhando R$ 90 mil para não concorrer à prefeitura nas últimas eleições. O dinheiro teria sido desviado da operação de compra de um terreno de um outro vereador, por R$ 20 mil, e depois revendido para a municipalidade por R$ 90 mil (um ágio de 350%), logo após o pleito. Outras compras de terrenos estão sendo questionadas na denuncia, como a aquisição de um terreno para a construção do cemitério municipal, localizado em área de preservação ambiental e que foi vendido pela prefeitura por intermédio de um vereador. O prefeito Elias Kiefer diz que a denúncia tem motivação política.

Segundo Aloísio, os vereadores envolvidos nas transações faziam parte da comissão formada pela Câmara do município para avaliar os terrenos e aprovar as compras, o que indica a formação de um esquemão unindo membros do Executivo e do Legislativo do município.

Após os questionamentos sobre a compra de terrenos, as licitação de obras são também alvo de denúncia de irregularidades na execução de obras e na prática de nepotismo pela administração pública. Segundo o vereador, as obras não chegaram nem a ser iniciadas. No município, disse, ele, a população, revoltada, depreda placas de futuras obras.

Ainda segundo a denúncia, as empresas responsáveis pela obra, de acordo com as licitações, devem ser responsáveis pelos materiais e a execução da obra, porém na cidade os materiais são cedidos de forma velada pela prefeitura, reduzindo o custo real da obra para as empresas, enquanto a licitação permanecia com o mesmo valor. A diferença ficava com a empresa.

Uma gravação, obtida por um vereador, mostra que a empresa do filho do prefeito, Enoque Kiefer, responsável pela maioria das obras na cidade, adultera os relógios que marcam as horas trabalhadas de tratores, caminhões e veículos que prestam serviços à prefeitura, sendo que o Chefe de Obras do município, José Riss, é cunhado do prefeito.

A prática de nepotismo ainda é denunciada em outras áreas da prefeitura. A esposa de Kiefer, hoje, ocupa a Secretaria de Ação Social; a esposa de Enoque (filho), Jociléia Kiefer, é secretária de Finanças; e Gidemara

Kiefer, sobrinha do prefeito, atualmente ocupa a pasta de Administração.

O prefeito de Marechal Floriano, Elias Kiefer, procurado pela reportagem deste Século Diário, negou as acusações, afirmando que todas as compras foram aprovadas pela Câmara Municipal.

Kiefer afirmou que as denúncias envolvem motivações políticas. Disse que, na última eleição de presidente da Câmara, Aloísio foi derrotado por Jacinto Castelan, do grupo do prefeito. São acusações levianas, afirmou.

Os promotores responsáveis pelo Geti foram procurados para esclarecimentos sobre as investigações, mas não foram encontrados pela reportagem até o fechamento desta edição.

Registro atualizado em 30/1/2007